

A INSTABILIDADE DO PRESIDENCIALISMO LATINO-AMERICANO: O PROCESSO DE RUPTURAS E PERMANÊNCIAS DO PODER PRIVADO

Data de aceite: 01/12/2023

Fernando Moreira Brandão

CUSC/ES - Centro Universitário São
Camilo-ES, Cachoeiro de Itapemirim-ES,
Brasil

RESUMO: Os Estados Latino-americanos em sua historicidade são marcados por instabilidades políticas, que mesmo ocorrendo de acordo com suas particularidades sociais apresentam semelhanças. A construção destas nações, ocorridas através de sistemas autoritários, gerou a criação de elites locais, que sempre utilizaram a máquina pública para se manter no poder. A história em sua linearidade aponta para a existência de acontecimentos que marcam rupturas e permanências, sendo que nesses países as rupturas administrativas culminaram na permanência do poder oligárquico. A instabilidade do presidencialismo latino-americano, aponta um processo de ruptura de vigência governamental, que devido a sua comum ocorrência pode ser entendido com a permanência de um sistema de usurpação da máquina pública para o bem privado

PALAVRAS-CHAVE: Elite; Linearidade; Permanências; Presidencialismo; Rupturas.

INTRODUÇÃO

A questão política da América Latina é uma temática de extensa discussão, os debates sobre recorrentes infortúnios administrativos não raros aparecem em veículos de comunicação causando (ou não) estranhamento na sociedade civil. Quando se discute desse aspecto na América Latina, é impossível dissociá-lo a uma questão de construção social.

As construções sociais presentes dentro da América Latina, são advindas fundamentalmente de seu processo de colonização, no qual o autoritarismo se configura como herança aos agora Estados nacionais. As práticas que remontam a esse processo são notoriamente observadas no exercício do presidencialismo latino, ao qual se expressa como um processo de permanência em meios das diversas rupturas já realizadas.

O modelo de colonização implementado em todo território latino, corroborou para uma série de permanências, mesmo em movimentos de rupturas dos

esquemas vigentes. A colonização que se configurou em um sistema de administração autoritária, corroborou para a criação de uma elite local administrativa que manteve sua posição sem a realização de concessões.

Discutir sobre o processo de permanências desta problemática estrutural denota em debater acerca da criação da nação, é imprescindível entender que este espaço geográfico sempre foi entendido como um ambiente geração e exploração de riqueza. Neste âmbito é impossível não considerar a existência de permanências na regência administrativa desses países desde sua criação, para dessa maneira entender o processo de instabilidade no presidencialismo.

A instabilidade no presidencialismo Latino- americano, para ser entendido necessita de discussão das bases que os sustenta, é preciso apresentar quais fatores corroboração para a existência deste cenário. Discutir as estruturas sociais que permitem a inexistência de sistemas governamentais solidificados e assegurados em tempo por parâmetros legais de mandatos.

O texto, portanto, irá debater acerca da ocorrência destes fenômenos sociais que geram instabilidade política no espaço latino americano. Será discutido os parâmetros estruturais para a existência deste fenômeno com o intuito de entender sua funcionalidade como um processo de manutenção do poder privado, apresentando dessa forma quais são os fatores geradores deste cenário.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa se configura como a construção de um texto acerca do presidencialismo latino e a compreensão de suas particularidades no que se refere a sua instabilidade. O texto discorre sobre um tema fundamental acerca dos processos políticos latinos, afim de auxiliar no entendimento da incidência dos mesmos.

A construção da pesquisa tem um caráter bibliográfico, e qualitativo, embasada em pesquisas já realizadas para debater a temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. A linearidade histórica: O presidencialismo e a manutenção do poder privado.

É indiscutível que a formação dos Estados nacionais latino americanos ocorreram através de intensas disputas políticas, em um processo de rupturas e permanências articulados pela elite local para perpetuação do poder. O surgimento dessas nações é marcado por frágeis estruturas administrativas, advindas de questões socioculturais que ainda refletem ativamente em suas estruturas políticas.

A questão da instabilidade política da América Latina é uma temática recorrente que não obstante aparece nos holofotes midiáticos, abordando a ocorrência de práticas que

firmam o fim da forma com que uma referida nação latina sem sido regida. Não é incomum que os indivíduos se deparem com golpes e revoltas que desestabilizam governos e põem em risco a vigência do presidencialismo latino-americano.

Quando se discute acerca da instabilidade e ameaça da continuidade do sistema presidencialista na América Latina, é preciso estabelecer que não se discute apenas a insegurança de uma forma de governo. Debater sobre a temática denota, segundo Aníbal Pérez-Liñán (2008), discutir uma perpetuação de um cenário no que ele chama de “novo padrão de instabilidade política” no fenômeno que este chama de “crises presidenciais”.

Segundo o autor (2008, p.109) para se entender a crise presidencial é preciso compreender que esta ocorre devido a uma tensão institucional, o autor entende que este cenário ocorre principalmente de três formas. Todo o processo que o congresso exerce esforços para remover o mandatário do cargo; quando o presidente tenta fechar o congresso; quando a apoio de um dos poderes para movimentos civis, ou militares contra o outro.

Liñán (2008, p.84), aponta que as inseguranças políticas deste cenário seguem certo padrão, tais como o executivo tentando dissolver o congresso, ou apoiando uma reforma constitucional com este fim. Também há ocorrência de o congresso iniciando processos de juízo contra o presidente. Nesses casos há culminância em um levante civil ou militar para legitimá-lo, que tenha seu findar em uma “renúncia” ou nomeação de um sucessor.

O cenário atual da conjuntura política latino- americana, discutido, apresenta padrões de comportamentos, apesar das especificidades de cada região. É impossível negar que há existência de especificidades durante a ocorrência destes processos, porém é necessário apresentar que tais movimentos se constituem como processos de perpetuação do poder que ocorrem desde a formação destas nações.

As elites locais desde a construção dos respectivos Estados da América Latina sempre articularam métodos de que se representam como rupturas administrativas, que, no entanto, se apresentam como permanências para perpetuação do poder. Assim os golpes, ou crises administrativas se configuram majoritariamente como processos de articulações para perpetuação do exercício do poder de uma determinada elite que disputa a permanência de sua posição.

Em tal contexto, as massas populares continuaram espoliadas e oprimidas. Porque a independência apenas reformulará a dominação externa e substituirá o poder do estamento burocrático ibérico pelo da oligarquia local, o que significa dizer que foram mudanças muito superficiais e em função de interesses por demais restritos para comportar qualquer ampliação no espaço de participação política. (LOPEZ, 1998, p.205)

Se por um lado debater a estrutura da dinâmica política parece distante da realidade atual, é necessário reforçar que as dinâmicas sociais apresentadas na História são formadas por linearidades. Se no século XIX, as os textos constitucionais apresentavam a liberdade da elite de governar de acordo com seu prazer, desde que enriquecem as burguesias europeias, no início do século XX as estruturas tiveram que se modificar

O esforço de tornar mais elástica a aplicação dos conceitos de liberdade, incorporando as massas populares na esfera das decisões políticas, marcou a entrada da América Latina no século XX. (LOPEZ, 1998, p.205)

O cenário apresentado por Lopez, pode ser entendido para se referir a duas dinâmicas presentes no início do século XX. A primeira se refere a utilização de aparelhos da funcionalidade democrática para a perpetuação do poder, e a segunda talvez o mais próximo que se chegou de rupturas das revoluções populares do século XX.

No que se refere ao primeiro aspecto evidenciado temos movimentos como o caudilhismo e o coronelismo que se configuram como fenômenos sociais que permitem a utilização da máquina pública para a manutenção do poder privado. O Caudilhismo especificamente, utiliza-se do costume populacional da forma do governo centralizada para transferir a autoridade para uma figura local de carisma.

Ignorantes dos negócios públicos e não conhecendo o príncipe (...) em breve se vê carregando um fardo frequentemente mais pesado do que aquele que acabara de remover (DOMINGUES, 2008, p. 9)

Essas figuras de carisma geram uma dominância administrativa do governo local que garante uma estabilidade a elite através da figura central do caudilho, assim a população vê como seu líder este caudilho, e não o chefe do executivo do país. Esse sistema que se legitima através da autoridade e repressão e tem o paternalismo para sua manutenção, pode corroborar ou não para a estabilidade governamental.

Discutindo o sistema específico brasileiro do coronelismo, se debate um sistema de gesticulação de manutenção do poder elitista que antes da república tinha-o assegurado. Com a transição de sistemas governamentais a elite necessita articular novos métodos para manter sua posição, e nesse caso específico, necessitou utilizar dos aparelhos republicanos regionais para manter o poder estadual e central.

[...] o “coronelismo” como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. (LEAL, 1975, p.44)

As práticas apresentadas se perpetuam até o advento das revoluções populares, iniciadas no México. A chamada “Revolução Mexicana” foi o primeiro dos movimentos ocorridos em muitos países que tinham o intuito de instaurar o adentrar da sociedade civil nas dinâmicas administrativas dos países latinos.

O movimento revolucionário, se caracteriza pela mobilização popular com o objetivo de reformar um sistema falido e desigual. A revolução era movida com a ideia de liberdade da opressão de um governo ditatorial e justiça para o povo mexicano, em um país cuja sua população tinha sua dignidade abalada.

[...] um terço das terras do México era controlada por empresas estrangeiras, enquanto milhares de comunidades indígenas perderam as suas terras comunais (*ejidos*), o que aumentou o número de camponeses sem terra. Intensificou-se a exploração sobre os peões [...] (OSCAR, 2002, p 536)

A busca por dignidade e garantia de existência, levou a mobilização popular e a revolta para com a vigência governamental da época. Nesse contexto, é impossível negar a existência forte da participação popular e a tentativa de adentrar nas tomadas de decisões do país. No norte e no Nordeste, as forças camponesas de Pancho Villa incendiavam fazendas e aldeias enquanto o exército de Venustiano Carranza - este nomeado *Primeiro chefe do Exército Constitucionalista*- declarava-se em rebelião contra Huerta. No Sul, Emiliano Zapata e seus guerrilheiros camponeses continuavam a lutar contra os donos de terra [...] (OSCAR, 2002, p. 552)

No entanto, mesmo com diversas lutas para que o Estado se convertesse em uma instituição que tenha o objetivo de assegurar a dignidade da população mexicana, os aparelhos de dominância apenas se modificam. Aproximadamente catorze anos de revolução, em 1924, o então presidente Cárdenas, busca no populismo apaziguar os ânimos buscando apoio no exército e no paternalismo para controlar o país.

Mesmo que para a população daquele período tivesse tido uma melhora momentânea, a dinâmica administrativa não mudou e o poder privado continuou a prevalecer diante dos interesses públicos. “Em 1970, existiam no México cerca de 12 mil latifúndios, abrangendo 35% das terras cultiváveis...” (OSCAR, 2002, p.565), dessa maneira, fica claro que o movimento antes de cunho social, é tomado pelo populismo que se instaura como dinâmica que perpetuava o poder da elite. A revolução que se inicia como o primeiro passo para as portas da liberdade, se torna um instrumento para manutenção da estrutura vigente. É comum que os presidentes atuais mexicanos se elejam sob um partido que tem o nome de Revolucionário, porém combatiam violentamente as agitações populares. O poder vem sendo mantido por meios de fraudes eleitorais e repressões, o sonho da Revolução apesar de tantas lutas e sacrifícios não se realizou.

Não só no México os movimentos de rupturas corroboram para as permanências. O cenário de quebra de uma articulação de manutenção estrutural do poder, se utilizando de movimentos que “quebram” velhas instâncias e são substituídas por novas, que em apresentação são permanências e ascensão do poder das elites foi seguido por toda América Latina.

O populismo é um tipo de fenômeno político que pode operar em regimes representativos e, por outro, pode constituir-se em movimento que almeja a constituição de um regime autoritário. A diferença é que no primeiro caso a liderança carismática apela ao povo como recurso estratégico na concorrência eleitoral e na disputa política com os adversários, mas sempre dentro dos marcos da regra do jogo. (SELL, 2013, p. 24)

Pode se observar que através dos movimentos populistas do “Peronismo” e “Varguismo” por exemplo, a ocorrência da inauguração do paternalismo carismático do presidente, assim a dinâmica se estendendo do âmbito regional para o nacional.

Se antes o governo tinha como principal aparelho de legitimação a força e a repressão, os discursos e representações ganham, os substituem (apesar da violência se tornar um coadjuvante ativo para a manutenção destes sistemas). Aqui o se consolida a ideia o nacionalismo latino é agora é através dele que se mantém a força das elites. Os direitos civis e sociais são utilizados em prol da manutenção do poder privado, tidos como concessões dos presidentes paternalistas que delineiam o Estado como acima da sociedade. Este cenário pode ser ilustrado com o fenômeno que ocorre na relação entre cidadão e estado, chamado pelo historiador José Murilo de Carvalho (2007) de “Estadania”

O exercício de certos direitos, como a liberdade de pensamento e o voto, não gera automaticamente o gozo de outros, como a segurança e o emprego. O exercício do voto não garante a existência de governos atentos aos problemas básicos da população. Dito de outra maneira: a liberdade e a participação não levam automaticamente, ou rapidamente, à resolução de problemas sociais. Isto quer dizer que a cidadania inclui várias dimensões e que algumas podem estar presentes sem as outras. Uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível. Mas ele tem servido de parâmetro para o julgamento da qualidade da cidadania em cada país e em cada momento histórico. (CARVALHO, 2007, p.8)

Carvalho, afirma que no Brasil há um imaginário de que muitos dos nossos direitos seriam resultados de uma “concessão” do Estado, feita de cima para baixo para a população. Dessa forma os direitos são vistos como benefícios oferecidos pela elite para o restante da população em um pensamento que se perpetua até os dias atuais.

O populismo cumpre bem seu papel, porém quando as concessões são tidas como demais a população, a elite se articula para um novo parâmetro administrativo de forma a continuar a garantir sua posição. A linearidade da história mantém seu curso e em um esquema sociocultural em que são postos em prática esquemas de manutenção do poder surgem os golpes militares da América Latina.

Na América Latina ocorrem articulações, advindas de discrepâncias entre o chefe do executivo e das elites (como Getúlio Vargas e o empresariado em seu segundo mandato), apoiadas pelos Estados Unidos devido à disputa da Guerra Fria. Dessas divergências, ocorreram as utilizações das forças armadas para a instauração de ditaduras (algumas civis) que mantiveram o poder das oligarquias.

Após a execução dos golpes eram utilizados artifícios da funcionalidade presidencialista e democrática, os presidentes fardados se vestiam de “ternos” para representarem um esquema democrática que se apresentava ditatorial. Nos mais diversos países houveram repressões e abuso de autoridade a qualquer um que se opusesse ao sistema, se antes o discurso legitimava, agora a força era usada.

Uma junta militar derrubou Gallegos em 1948, tendo ficado no poder até 1952. Apesar da repressão, como as oposições ameaçavam vencer as eleições de novembro daquele ano, o candidato dos militares e conservadores, Perez Jimenez, foi proclamado vencedor, mesmo sem as urnas terem sido abertas. De 1952 a 1958, Jimenez exerceu uma ditadura ao melhor estilo de seus antecessores, favorecendo as oligarquias e as multinacionais do petróleo e feroz anticomunismo. (LOPEZ, 1998, p.193)

O caso exemplificado acima, da Venezuela demonstra a existência do voto e de mecanismos democráticos que são ignorados em uma clara e descarada usurpação do poder público para o benefício privado. É possível observar a ocorrência de demais ditaduras no espaço latino como como é o caso chileno

Eleito em 1970, o presidente Salvador Allende pretendeu implementar reformas sociais e nacionalistas com um legislativo conservador e um exército reacionário, imaginando poder marchar rumo à implantação do socialismo mantendo os mecanismos legais existentes. O resultado foi a desestabilização de seu governo e a cooptação da classe média para apoiar a solução de força com o respaldo de Washington. (LOPEZ, 1998, p.190)

Este contexto de ditaduras que se impõem para garantir interesses da oligarquia local, mesmo que tenha suas respectivas particularidades se estende por todo território latino como uma tendência a esses países. É observar a existência de regimes militares com dinâmicas parecidas em países como Argentina, El Salvador e também o Brasil.

Mesmo que o cenário atual não seja de ditaduras militares, mas de democracias consolidadas, ou de “democraduras” que se configuram como a utilização dos aparelhos democráticos para perpetuação do poder. É preciso apresentar que o Estado nos países latinos continua acima da sociedade de forma alheia a essa.

No que tange principalmente o Brasil há forte presença do autoritarismo (que se expressa no presidencialismo) que remonta desde a época de sua colonização. O modelo de colonizador de Portugal possibilitou e incentivou o surgimento de um cenário autoritário no país, em que uma pequena parcela das pessoas detinha os poderes que se estendiam entre a esfera pública e a privada, dominando a maior parte da população marginalizada. Segundo a autora Lilian Schwarcz, (2019), a escravidão foi o primeiro sistema de autoritário que o Brasil viveu, o tráfico negreiro no período colonial se tornou um grande negócio e sua dinâmica de “comercialização de almas”, além de ter consistido em um sistema autoritário de dominação e se tornou na atualidade um grande nó na consolidação da democracia. Fatores como o fim tardio da escravidão e a ideia errada de uma colonização “tranquila” do Brasil além da ideia de que a miscigenação quase consensual, como um encontro de culturas o que facilitou a presença forte do racismo no Brasil.

É fundamental discutir que a presença de práticas autoritárias são o que facilitam que os direitos democráticos não cheguem a todas as parcelas populacionais, o que descontroem a ideia de um pluralismo brasileiro e participação do povo. Os marcadores

sociais de raça gênero e religião podem desenvolver estereótipos negativos por parte de setores sociais que se sentem lesados com a presença de alguns setores sociais em posição de mando ,portanto, é comum haver incomodo na ocupação de posição de poder de pessoas de parcelas populacionais marginalizadas por parte da elite que está sempre se preocupa com seu “mandonismo” e “patrimonialismo”.

O modelo de colonização português também escolhia alguns indivíduos para exercer o poder do “mando”, esses indivíduos exerciam esse poder de dominação sobre as outras pessoas e logo isso se estende a uma esfera familiar, a primeiro momento concentrado nas mãos do homem branco, e, logo esse poder se expande ao “Patrimonialismo” [...] trata-se do entendimento equivocado de que o Estado é um bem pessoal [...] (SCHWARCZ, 2019, p.65). A extensão dos poderes desses homens ia além de seus bens, ou melhor, os bens privados lhe possibilitavam delegar sobre o poder público.

Assim. população civil continua a ter participação ínfima na tomada das decisões, estas são deliberadas de acordo com a vontade das oligarquias e para beneficiá-las chegando ao indivíduo comum como decisão vinda de cima que não lhe diz respeito. Os países latinos em suas construções sociais se constituíram em criar estados, sem cidadãos ativos que não possuem em seus imaginários noção de que esta deve ser uma instituição servidora da sociedade e não o contrário.

Dessa maneira é possível afirmar que a instabilidade do presidencialismo na América Latina vivida hoje, nada mais é do que uma articulação das oligarquias locais para manutenção de seus poderes. A história em sua linearidade aponta que este fenômeno advém das elites que sempre utilizaram a máquina pública para benefício privado e nunca realizam concessões.

CONCLUSÃO

A existência de um cenário cujo a instabilidade política impera na América Latina não é uma mera coincidência, durante todo o período histórico dos países latinos, com suas respectivas particularidades, este cenário sempre ocorreu. A vivência de um cenário cujas rupturas nas vigências administrativas não são isoladas é uma realidade latina.

É preciso entender que as problemáticas governamentais ocorridas neste espaço ocorrem de forma a estarem entrelaçadas com a construção de suas estruturas sociais. Suas relações que se moldam ao longo de séculos, construídas por autoritarismo privilégios para uma minoria perpassam permanências que são observadas na contemporaneidade.

Os sistemas governamentais e administrativos destes países são dominados por suas elites locais que o usam, mandam, desmandam e os descartam de acordo com suas funcionalidades e benefícios que eles trazem. As crises políticas vividas, majoritariamente advém, ou são utilizadas pelas oligarquias de seus países utilizando suas particularidades para manter suas suposições e poderes.

Fica claro, portanto, que a instabilidade no presidencialismo Latino- americano, pode ser entendida como advinda em seus muitos fatores resultado dos abusos cometidos pelas elites locais. O sistema democrático desses países apresenta fragilidades, e seus Estados são tidos como uma instituição acima da sociedade alheia, muitas vezes ao indivíduo civil, sendo utilizados para perpetuar o poder de uma oligarquia que sempre esteve no comando de suas respectivas nações.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

DOMINGUES, Beatriz Helena. Caudilhismo na América Latina: entre a teoria política e a literatura. Disponível em: http://antigo.anphlac.org/sites/default/files/beatriz_do_mingues.pdf. Acesso em: 10 de abril de 2021.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LOPEZ, Luiz Roberto. História da América Latina. 4º ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

OSCAR, Aquino Jesus. História das Sociedades Americanas. 8º ed. São Paulo: Record, 2002.

PÉREZ LIÑÁN, Aníbal. Instituciones, coaliciones callejeras e inestabilidad política: perspectivas teóricas sobre las crisis presidenciales. América Latina Hoy, n. 49, pp. 105-126. 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. SOBRE O AUTORITARISMO BRASILEIRO. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SELL, Carlos Eduardo. A Liderança Carismática: sobre o caráter político do populismo. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317162595_A_Lideranca_Carismatica_sobre_o_carater_politico_do_populismo. Acesso em: 10 de abril de 2021.